

1 **Ata nº 021/2019 da Audiência Pública para análise e discussão da LOA 2020**

2 Aos 12 (doze) dias, do mês de novembro, do ano de 2019 (dois mil e dezenove),
3 às 19h, em sede própria, reuniram-se autoridades municipais, vereadores e
4 comunidade para a 21ª Audiência Pública do ano de 2019. O vereador Dr. Cleber
5 diz: Boa noite a todos! Sejam bem-vindos a essa audiência pública que foi
6 instalada para discutir o Projeto 053/2019, que trata sobre a lei orçamentária do
7 município de Barra do Garças para o ano fiscal de 2020. Eu peço para que todos
8 fiquem de pé para que ouçamos um trecho bíblico e, em seguida, o Hino da Barra.
9 Quero registrar a presença do vereador Geralmino Neto, vereador Dr. Neto, que
10 se faz presente. E, agradecer a presença dos alunos do curso de gestão pública do
11 UNICATHEDRAL e os alunos do curso de direito da Universidade Federal de
12 Mato Grosso, na pessoa do professor Fernando Rafael. Sejam muito bem-vindos.
13 Eu passo a palavra agora ao secretário de planejamento do município, Dr. Mauro
14 Gomes Piauí, para que ele conduza essa audiência pública. O senhor Mauro
15 Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Boa noite a todos e todas! Quero
16 agradecer a câmara municipal pelo convite de estar aqui, para que nós possamos
17 explanar um pouco sobre o nosso orçamento, nosso projeto de lei. Inicialmente,
18 eu gostaria de dizer, nós estamos aqui hoje para discutir o projeto de lei da Lei
19 Orçamentária Anual, que vai ser implementada a partir de primeiro de janeiro de
20 2020. Mas, nós, na verdade, temos dentro da administração municipal três leis
21 orçamentárias. Uma delas, e a principal que eu acho, que ela abrange um período
22 de quatro anos, é o Plano Plurianual. É o chamado PPA. Então, ela abrange todo
23 um período do mandato do atual prefeito e vai até o ano de 2020. Então, esse
24 Plano Plurianual que está em vigência agora, ele foi elaborado em 2017. Ele vale
25 para 2018, 19, 20 e 21, quando irá assumir um novo prefeito. Por quê que ele
26 segue até 2021? Para que não haja uma dissolução de continuidade da
27 administração municipal. Então, o outro prefeito que chegar em 2021, ele vai ter
28 já uma cidade com planejamento para ele seguir. Depois ele faz as leis e muda de
29 acordo com seu plano de governo. Então, nós temos o PPA. E, todo ano, antes de
30 nós apresentarmos a Lei Orçamentária Anual, a gente apresenta uma outra lei
31 também, isso no início do ano, chamada Lei de Diretrizes Orçamentária, LDO.
32 Essa é a lei que vai direcionar o orçamento municipal que nós elaboramos. Então,
33 nós já fizemos a apresentação da LDO em abril. Mais ou menos no mês de junho,
34 a câmara municipal votou. E, com base nas leis de diretrizes orçamentárias, nós
35 elaboramos o nosso orçamento anual mais detalhado agora, com função,
36 apurações. Então, por isso que nós estamos apresentando. Um outro detalhe
37 importante que é bom que todos vocês saibam, que nós temos uma lei muito

38 importante também. Uma lei contábil, administrativa, que é a Lei de
39 Responsabilidade Fiscal. Ela é uma lei que foi feita, uma Lei complementar
40 101/2000, e ela veio para complementar a Constituição, que determina as
41 responsabilidades administrativas e contábeis do administrador, do gestor
42 público. Então, o orçamento, toda a administração tem que ser baseada nessa lei.
43 E, uma das coisas que ela determina, que antes de se elaborar as leis
44 orçamentárias, nós devemos chamar a comunidade através de audiência pública
45 para debater essa lei e depois apresentar o projeto. Então, antes de nós enviarmos
46 o projeto para a câmara municipal, nós fizemos a nossa audiência pública aqui
47 mesmo na câmara. E, nós convidamos muita gente da sociedade organizada, o
48 povo em geral, mas... Tivemos alguma contribuição. E, agora a câmara, que está
49 apreciando o projeto, ela tem até o dia 31 de dezembro para votar esse projeto
50 aqui, convidou os cidadãos para que estivessem aqui participando dessa audiência
51 pública. Então, vocês estão de parabéns porque estão podendo debater, vão poder
52 saber qual que é a direção que o município quer chegar. Então, o nosso projeto...
53 Vou ter um pouquinho de embaraço aqui nesse... O nosso projeto, que estima
54 receitas e despesas do município, ele está baseado no valor total para 2020 de
55 duzentos e cinco milhões e quinhentos mil reais. Esse é o valor que nós estamos
56 prevendo arrecadar e aplicar na administração municipal. Então, o orçamento
57 fiscal, aí ele vai se dividir, esses duzentos e cinco milhões. No orçamento fiscal,
58 que é onde a prefeitura mesmo vai ser aplicado, serão cento e noventa e três
59 milhões e quinhentos mil. A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê também que,
60 se nós tivermos investimentos, caso o município ou o governo federal ou a União
61 tenha empresas públicas, eles vão fazer o investimento, então teria que colocar
62 aqui o orçamento de investimento. Como o município de Barra do Garças não
63 tem, não foi colocado nada aqui nesse segundo quadro. E, o orçamento da
64 seguridade social, que ela abrange todos os órgãos vinculados a administração,
65 igual os fundos de pensões. O que é o orçamento da seguridade social? É o que
66 cuida da aposentadoria dos servidores públicos. Então, nós estamos prevendo um
67 valor de doze milhões que vai ser arrecadado e aplicado, garantindo a
68 aposentadoria dos servidores. Isso tudo que eu falei ali está no artigo primeiro da
69 lei. Nós estamos passando a lei. E, aqui a gente vai fazendo os desdobramentos.
70 Primeiro a gente faz uma previsão da receita. Então, a receita tributária, o
71 município está prevendo arrecadar em 2020 vinte e sete milhões trezentos e
72 noventa e quatro mil; receita de contribuições, seis milhões novecentos e sessenta
73 e oito mil; receita patrimonial. A receita tributária é dos impostos, tributos. O
74 próprio nome diz. As contribuições, aqui nós temos a contribuição da iluminação
75 pública, COCIP. Receita patrimonial seria a receita que nós vamos adquirir
76 através das aplicações que o município tem com o dinheiro que está lá. Receita de

77 serviços oitocentos mil. As transferências correntes, cento e quarenta e nove
78 milhões setecentos e oitenta e quatro mil. Vocês podem observar que as
79 transferências correntes são as transferências que o município recebe dos fundos
80 de participação: fundo de participação do município, que é o FPM; o fundo
81 nacional de saúde; o FUNDEB, que é o fundo da educação. Então, todos os
82 municípios, as maiores receitas são as transferências correntes. Aí tem outras
83 receitas correntes. Essa conta retificadora aqui que são os investimentos. As
84 operações de crédito que o município está prevendo fazer, adquirir empréstimos.
85 E, as transferências de capital, que são as emendas, as previsões de emendas que
86 o município espera receber dos deputados, senadores, onze milhões trezentos e
87 noventa e um mil. As receitas intra-orçamentárias, transferências de um ano para
88 o outro dentro do orçamento, sete milhões. O que vai totalizar então esse total de
89 duzentos e cinco milhões e quinhentos mil reais. Aí depois a gente vai deslançar
90 essa despesa por funções de governo. A função legislativa, que seria a câmara
91 municipal. O município, pela Constituição, repassa 7% das receitas correntes
92 líquidas que ele arrecada. Todo mês faz uma conta lá, recebeu as receitas correntes
93 líquidas, aquelas transferências, a maioria daquelas receitas que eu falei lá atrás,
94 então nós fazemos o cálculo e dá seis milhões e duzentos e cinquenta e quatro mil.
95 Aí vem a administração, doze milhões; defesa nacional, doze mil. Isso aqui é um
96 valor baixo, defesa nacional, porque uma coisa importante que vocês vão
97 observar, tem valores maiores, valores menores, mas é porque a gente tem que ter
98 isso no orçamento, porque se você está lá com a dotação no orçamento, você pode
99 receber essa verba e não precisa mandar um projeto para a câmara, porque você
100 só pode gastar o que tiver aqui no orçamento. Se não tiver uma previsão de uma
101 dotação orçamentária, a gente não pode executar. Então, a gente tem que mandar
102 um projeto de lei para cá e a câmara vai ter tramitar, depois fazer a mudança no
103 orçamento. Então, a gente já faz essas previsões. Assistência social, quatro
104 milhões setecentos e vinte e seis mil; a previdência, onze milhões e oitocentos;
105 saúde, setenta e cinco milhões oitocentos e vinte e oito e quinhentos; educação,
106 quarenta e quatro milhões trezentos e trinta e sete; cultura, setecentos e setenta e
107 quatro mil; direitos e cidadania, duzentos e vinte e cinco mil; urbanismo, vinte
108 milhões quatrocentos e dezoito mil; habitação, cinco mil; saneamento, dois
109 milhões seiscentos e quatro; gestão ambiental, duzentos e noventa e três;
110 agricultura, quatro milhões duzentos e noventa e quatro; indústria, seiscentos e
111 dezessete; comércio, dois milhões duzentos e vinte e sete; comunicações,
112 oitocentos e dez mil; energia, três milhões; transporte, oito milhões; desporto e
113 lazer, um milhão quatrocentos e setenta e quatro; encargos especiais, dois
114 milhões; e a reserva de contingência, 1% que a gente tem que deixar para qualquer
115 eventualidade, duzentos e dois milhões e cinquenta e cinco mil. Aí vai

116 desdobrando também mais uma vez as funções de governo. Já falei. Aqui são as
117 subfunções: ação legislativa novamente; planejamento e orçamento, seiscentos e
118 cinquenta e quatro mil; administração em geral. Aqui já vai ser quase que dentro
119 das secretarias. Administração financeira, a finanças; controle interno; recursos
120 humanos; comunicação; defesa terrestre; aí dentro da assistência social,
121 assistência ao deficiente, ao portador, criança e adolescente um milhão;
122 assistência comunitária para a comunidade em geral, dois milhões e novecentos.
123 Aqueles setenta e cinco milhões que foi falado da saúde vai ser destrinchado aqui:
124 doze milhões oitocentos e trinta e seis na atenção básica, que seria lá nos PSF,
125 hoje chama-se UBS, unidade básica de saúde, os postinhos que a gente fala; aqui
126 na assistência hospitalar ambulatorial, cinquenta e quatro milhões no hospital.
127 Para você ver o valor que se gasta; no suporte profilático e terapêutico; na
128 vigilância sanitária, trezentos e vinte e seis milhões; na epidemiológica, combate
129 à dengue, um milhão seiscentos e nove mil; com alimentação e nutrição, trezentos
130 mil; na educação, no ensino fundamental, vinte e sete milhões setecentos e dois;
131 na educação infantil, quinze milhões setecentos e quarenta e quatro; educação de
132 jovens e adultos, oitocentos e noventa mil; para difusão cultural, nossa secretaria
133 de cultura, setecentos e quarenta e quatro; na questão dos direitos individuais,
134 difusos e coletivos, duzentos e vinte e cinco mil; na infraestrutura urbana, desde
135 o urbanismo, cuidar de ruas, etc., vinte e dois milhões duzentos e oitenta e dois;
136 serviços urbanos, doze milhões quatrocentos e vinte e quatro; controle ambiental,
137 duzentos e noventa e três; promoção da produção vegetal, cento e trinta; animal,
138 noventa; promoção ao comércio, seiscentos e sessenta e sete; turismo, dois
139 milhões cento e setenta e sete; refinanciamento da dívida, dois milhões, dos
140 empréstimos que o município paga; desporto comunitário, um milhão
141 quatrocentos e setenta e quatro; e a reserva novamente. Aqui são os programas,
142 que são todos aqueles. Isso eu já falei. Então, aqui a gente faz novamente as
143 despesas correntes, cento e setenta e seis milhões; as despesas de capital, vinte e
144 seis; e a reserva de contingência, que vai totalizar então os duzentos e cinco
145 milhões e quinhentos mil. Aqui no artigo quarto da lei, a gente pede para abrir o
146 crédito suplementar na LDO de 45%. E, aí são as outras coisas que a gente faz.
147 Basicamente esse é o quatro, o corpo da lei orçamentária. Então, depois, agora a
148 gente... Gente, eu não sei se já dá para puxar algum debate sobre esses valores aí
149 que foram apresentados, se o pessoal quiser. Porque agora eu tenho o quadro... O
150 senhor Heros Pena diz: Boa noite, gente! Eu sou o procurador da câmara. O Dr.
151 Mauro acabou a apresentação resumida. Agora vamos abrir para as perguntas.
152 Alguém tem alguma pergunta? Quer fazer algum questionamento sobre o que foi
153 apresentado? O cacique Zé Maria. O cacique Zé Maria diz: Boa noite presidente
154 da câmara de vereadores, Dr. João; Dr. Neto, vereador nosso; Dr. Heros;

155 secretário de planejamento; alunos aqui presentes. Eu sou cacique da terra
156 indígena São Marcos. Municípes de Barra do Garças, estou meio melancólico da
157 nossa situação do qual estou aqui representando as lideranças de caciques, em que
158 a falta de interesse de valorizar o meu povo, como no caso patrolamento das
159 estradas da terra indígena São Marcos. Muitos dos nossos viajam para
160 Campinápolis, Água Boa, Nazaré e trazem notícias de fazer inveja. As estradas
161 vicinais daquela região são patroladas para acesso as aldeias. Eu não sei qual a
162 razão que eu não canso de falar, que sou tão amigo do Roberto Ângelo de Farias,
163 do prefeito, do qual quando era dezesseis anos eu levei para minha aldeia. Ficou
164 lá uma semana. E, eu estou aqui sozinho à mercê da situação juntamente com meu
165 povo. Então, nobres vereadores aqui presentes, que vocês tem mais acesso ao
166 gabinete dele, levar essa mensagem: patrolar as nossas estradas do município de
167 Barra do Garças da terra indígena São Marcos. Não é obrigação. É o direito que
168 temos como municípes de Barra do Garças. Como outros faz, dos municípes que
169 estão aí, dos quais trazem as estradas bem patroladas, o acesso as aldeias da região
170 de Campinápolis, de Água Boa, de Canarana, Nova Nazaré. E, aqui nada. Já está
171 sendo findo o ano. Daqui dez, quinze dias é dezembro. Daqui trinta dias, janeiro.
172 Então, é isso que está me incomodando. Eu vim aqui pedir apoio dos nossos
173 vereadores e gostaria que o nosso prefeito estivesse aqui, escutar o clamor meu,
174 do qual depositamos em muitas lideranças, está falando, já que o ano que vem é
175 o ano da eleição. Não permitir pessoas postulante a esta Casa de Leis municipal
176 de Barra do Garças, nem candidato a prefeito, nem candidato a vereador, nem a
177 má vontade. Protestar porque somos também de direito de votar a quem queremos.
178 Somos classe também, classe legítimo brasileiro que somos. Direito de ser
179 assistido, como vocês aqui, do qual o plano foi apresentado orçamentário
180 plurianual. Então, secretário, leva essa mensagem. Senhor presidente, não canse
181 de cobrar, nem ao meu amigo Neto aqui. Ontem conversei muito com meus
182 amigos vereadores aqui, pedindo apoio nas condições de direito que temos como
183 municípes de Barra do Garças, do qual os outros municípios tem assistido aos
184 seus indígenas de direito também. Tão bonito que é. A lei da Constituição de 1988
185 fala claramente em seu artigo dos direitos fundamentais, combater a miséria e a
186 desigualdade social. Tão bonita frase que ninguém parece que tem um lapso de
187 memória dos nossos dirigentes municipais e estaduais e federais. Fala claramente
188 assim, eu sei bem de cor, eu não sou acadêmico, mas tenho a leitura, as condições
189 de ler e interpretar: combater a miséria, as desigualdades sociais e regionais.
190 Parece que o índio continua desde a chegada a pessoa invisível que não tem
191 direito. Constituímos um povo brasileiro tão bonito. Vamos exercer cidadania de
192 direito. É isso o meu pedido a vocês aqui, nossos legisladores municipais, Dr.
193 Neto. Vou lá algumas vezes no gabinete, sempre barrados. Não sei porque. Se eu

194 morrer um dia, não vou ser barrado pelo nosso grande Deus. Vou entrar
195 diretamente na casa de nosso pai. E aqui não. É tudo barrado. Eu não posso nem
196 falar com o prefeito. Não quero nada, nem cinquenta centavos. Apenas pedir
197 assistência de vida de direito que temos: patrolar, manutenção das escolas
198 municipais, fornecimento de merenda escolar. Como cidadão que temos, temos
199 também o futuro promissor das nossas crianças, nossa juventude, como vocês
200 estão aqui, vocês alunos. Tão bonito juventude, vontade de ser cidadão
201 responsável para gerir. Que o nosso país não tenha sua inércia e sim andar pra
202 frente. É isso nobre amigo. Meu amigo, Dr. João. Os demais daqui, se infringi
203 alguma coisa, eu peço uma desculpa. E, muito boa noite a todos. O senhor Mauro
204 Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Só para esclarecer. Pelo menos
205 dentro do orçamento municipal, eu já vi, lá já foi cotado, orçado uma empresa.
206 Parece que já vai começar a fazer esse patrolamento que o cacique está
207 reivindicando. Todo ano é feito, não é cacique. As vezes demora mais, depende
208 do serviço. Mas, esse ano ainda vai ser feito, pelo menos dentro... Eu sou, agora
209 nós estamos fazendo, por causa do contingenciamento de verbas que o governo
210 federal, nós também estamos fazendo nosso contingenciamento lá, e eu que faço
211 essa revisão do que vai ser aplicado. E, está esse pedido lá de empenho. Já está
212 empenhado os valores para fazer isso através do FETHAB, já que a estrada lá faz
213 parte desse programa. Então, está garantido isso. Agora, quando que vai ser
214 começado, eu não tenho essa resposta para lhe dar agora. Mas é isso, vai
215 acontecer. O Dr. Heros diz: Mais alguém tem alguma pergunta? O Dr. João. O
216 vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Boa noite a todos! Bom,
217 primeiro, sejam bem-vindos a nossa Casa. É um prazer tê-los aqui. São
218 acadêmicos da gestão pública e direito? UFMT e CATHEDRAL. Sejam bem-
219 vindos. Primeiro, eu sou advogado de profissão já há vinte anos nesta praia. É
220 muito prazeroso ter aqui acadêmicos de direito. No universo do direito, quase
221 sempre quem mais sabe de direito, a gente só tem dúvida quem é que mais sabe
222 quando chega no décimo período. Aí fala: rapaz, está acabando o ano, o curso, e
223 eu acho que não aprendi nada. Mas, é só impressão. Quando a gente fala de
224 orçamento, e fazer uma contribuição aqui para os nossos acadêmicos, a gente dar
225 muito pouca importância aos orçamentos. A gente tem a impressão de que parece
226 que não é importante. Mas, essa é uma compreensão equivocada. Se você quiser
227 saber para onde vai o seu país, para onde vai o seu Estado, para onde vai o seu
228 município, você deve consultar o orçamento desses entes. Isso é muito importante.
229 Agora, por exemplo, eu não sou “bolsonarista”, mas tem me encantando uma
230 discussão sobre o orçamento, que essa discussão é atualíssima. Se vocês pararem
231 para olhar o Guedes falando, o Congresso falando, e isso tem a ver com a pergunta
232 que vou fazer para o Mauro, nós vamos perceber que nesse momento o orçamento

233 do país está sendo discutido, e uma coisa que chama atenção, que tem sido
234 debatido agora, quando se fala das reformas que precisam ser implementadas. E,
235 justiça seja feita, goste eu ou não, o Bolsonaro é o único que tem se disposto. Eu
236 sou bem mais velho do que todos vocês, e uma das censuras que tenho, por
237 exemplo, ao Lula é que em um determinado momento político dele, ele teve 80%
238 de aprovação popular e não teve a coragem necessária para enfrentar as reformas
239 que precisavam ser feitas. E essa falta de coragem nos levou, entre outras razões,
240 é claro, ela não é a única, mas nos levou ao estágio que nós estamos agora. Por
241 que? Porque há muitas situações. Por exemplo, se vocês olharem o orçamento,
242 vocês vão ver que duas instituições, que vocês conviverão ao longo de todas suas
243 vidas acadêmicas, e em especial os acadêmicos de direito, ministério público e
244 judiciário, por exemplo, consomem 11% de tudo aquilo que se arrecada no Estado
245 de Mato Grosso. De cada cem reais que se arrecada no Estado de Mato Grosso,
246 onze são consumidos pelo judiciário e o ministério público. Essas são informações
247 que são importantes porque a gente precisa discutir a máquina. É o que tem sido
248 dito recentemente. É o que o Paulo disse com muita propriedade: a gente não pode
249 imaginar que a máquina exista para arrecadar para ela própria subsistir. E, a
250 pergunta que eu quero fazer para o Mauro é exatamente essa. Nós, munícipes, se
251 vocês olharem ali, duzentos e cinco milhões, vocês verão que uma parte dele, que
252 o Mauro falou de transferências acho que da ordem de cento e quarenta e cinco
253 milhões, cento e quarenta e nove, não é Mauro. Cento e quarenta e nove? Cento e
254 quarenta e nove milhões são receitas vinculadas. O quê que quer dizer isso? São
255 aquilo que a gente chama de receitas carimbadas. São transferências que a União
256 faz, mas que o município não tem liberdade de dispor porque ele não pode usar
257 essas transferências, esses valores, para essa ou aquela direção que não seja
258 especificamente para aquela para onde ela veio. Exemplo, as transferências que
259 são feitas para a saúde, as transferências que são feitas para a educação, e algumas
260 outras transferências que estão ali de programas sociais e outros. Então, Mauro,
261 minha pergunta é assim: daria para você, se for possível, dizer para nós, dentro
262 dessa previsão orçamentária, quanto que nós teríamos de receita própria do
263 município e quanto que teríamos desse total previsto? Porque também é só uma
264 previsão, ela pode não se confirmar. Orçamento é sempre uma previsão. Não é
265 uma certeza. Mas, daria para você dizer quanto que nós teríamos de receita própria
266 e qual que seria o percentual de receita que estaria sob o poder de decisão da
267 administração pública do município? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de
268 planejamento, diz: Olha, aqui é a previsão nossa de receitas tributárias aqui. São
269 vinte e cinco milhões quatrocentos e cinquenta mil. São as receitas que estamos
270 prevendo próprias do município, que inclui ISSQN, IPTU, 50% do ITR, 40% do
271 DPVAT. São as receitas que nós recebemos, as receitas próprias do município. É

272 IPVA. É porque estou com o DPVAT. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da
273 câmara, diz: O DPVAT acabou de acabar. O senhor Mauro Gomes Piauí,
274 secretário de planejamento, diz: É porque assim, o DPVAT, você está falando da
275 saúde, vai furar porque o DPVAT, 45% da receita do DPVAT vai para o SUS e
276 aí vem para o município. Então, são dois bilhões e cem milhões que vão deixar de
277 vir para o SUS, que consequentemente um X disso aí deveria vir para o município
278 e não virá. Para o cidadão é bom. É bom em termos porque ele não vai pagar, mas
279 aí o município também vai deixar de receber. A própria argumentação do
280 presidente falou: não, mas vocês vão para o SUS. Vai para o SUS, vai receber
281 menos dinheiro por causa disso. Então, vai colapsar. Eu estou com esse trem na
282 cabeça porque fico fazendo conta. Então, na verdade, já está meio furado essa...
283 Mas, é isso aqui, é vinte e cinco milhões as receitas tributárias que nós estamos
284 prevendo arrecadar aqui, as contribuições que é a COSIP, a iluminação pública, e
285 a contribuição social que a gente recebe aqui. Aqui é o IPVA. O vereador Dr.
286 Joãozinho, presidente da câmara, diz: Mauro, deixa eu fazer uma outra pergunta
287 aqui só pra gente. Você está lá na administração. Qual é o total do gasto previsto
288 para a saúde aí, Mauro? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de
289 planejamento, diz: Setenta e cinco milhões. O vereador Dr. Joãozinho, presidente
290 da câmara, diz: Setenta e cinco milhões. O que daria algo em torno de 30% do
291 total? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: De Cento e
292 noventa e cinco milhões. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz:
293 Mais de 30%? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz:
294 Mais de 30%. É a maior. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Só
295 para chamar atenção no orçamento, que esta é uma hipótese que mostra que nós
296 gastamos, há uma previsão, claro, com base naquilo que já acontece nesse ano de
297 2019 e 18, que o município gasta com saúde, aliás, gasta não, investe em saúde
298 muito mais do que a previsão legal. Como que é? Você podia? O senhor Mauro
299 Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: A previsão constitucional que o
300 município... A União tem que gastar 7%; o Estado 12% e o município 15%. Mais
301 ou menos por aí assim. E, nós gastamos o dobro disso. O investimento aqui é
302 muito grande porque é uma cidade polo, uma cidade que tem mais de setenta mil
303 cidadãos aqui na nossa cidade, embora o IBGE fala que nós só temos sessenta e
304 um mil e setecentos, e isso impacta também no repasse do governo, mas a
305 população é flutuante, realmente tem estudantes, é um polo universitário já, e o
306 IBGE não conta os moradores/estudantes daqui. Eles teriam que ficar mais de
307 cinco anos. Então, não é acrescentado e isso faz que a gente arrecade menos. Nós
308 estamos na briga, inclusive. Fizemos o recurso para o IBGE. O IBGE não aceitou
309 e estamos brigando na justiça federal para que aumente essa população, reconheça
310 que nós temos setenta e dois mil habitantes aqui, que isso vai aumentar e muito a

311 nossa capacidade de arrecadação, de repasse. Mas, nós aplicamos mais de 30%.
312 Nós fizemos agora em setembro a audiência pública para mostrar as metas fiscais,
313 e nós aplicamos mais de 30% na saúde, e 25% na educação. O vereador Dr.
314 Joãozinho, presidente da câmara, diz: E, só para, quando se fez essa audiência
315 agora, aí já diferente do orçamento, aqui é uma previsão, lá era uma constatação
316 de aplicação do recurso. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de
317 planejamento, diz: Todos os anos, se observar, a gente estar sempre aplicando
318 mais. E, a maioria dos municípios. Na verdade, acho que se aplica muito pouco
319 na prevenção e aí tem que fazer. Essa questão, por exemplo, é muito complicada.
320 Esse governo federal, e aí eu sou crítico, sou suspeito, mas a gente é
321 administrador, se gasta muito com acidente de trânsito e tudo mais. Me parece
322 que estão aumento e os recursos diminuindo. Mas, a maioria do investimento do
323 município aqui é para educação e na saúde. E, a gente ainda consegue fazer os
324 investimentos graças as emendas dos deputados, os projetos que a gente consegue
325 ainda captar, porque cada ano que vai, com aquela emenda que está proibido
326 investir por vinte anos, então é só a arrecadação mesmo que vai fazer com que o
327 município, e o surgimento de novas indústrias e a economia em geral. Mas,
328 enquanto não crescer, nós estamos vivendo numa fase que o crescimento está pífio
329 ainda, mas estamos sobrevivendo. O vereador Dr. Neto diz: Boa noite a todos! Só
330 para ficar registrado na audiência pública, vereador Neto. Eu quero parabenizar a
331 todos aqui, a presença dos alunos de gestão pública e direito. Sejam todos bem-
332 vindos nessa Casa de Leis. É muito bom a gente vê audiência pública com essa
333 quantidade de pessoas, porque a gente as vezes faz audiência aqui e não tem tanta
334 gente para escutar, opinar. Então, a gente fica feliz com a presença de vocês. E,
335 eu os convido, toda segunda temos as sessões aqui, às 20h. Às vezes, vocês tem
336 aula à noite, não sei. Mas, se der para vir aí será muito bom. Hein, Mauro, primeiro
337 eu quero parabenizar o cacique pelas palavras. Como o senhor disse muito bem,
338 a câmara vai fazer o papel dela, vai aprovar o orçamento, vamos colocar emendas
339 para que a sua comunidade possa ser contribuída com isso. Eu faço também parte
340 da comissão do FETHAB, vai ocorrer algumas reformas de pontes, já está
341 previsto, e a aldeia de vocês muitas pontes serão reformadas. Algumas já foram
342 construídas lá. Então, a gente vai fazer essa cobrança sim. Mauro, eu queria deixar
343 só para contribuir com o debate também, que você falasse um pouco, nós estamos
344 falando de orçamento, a questão do servidor público. O que ele pegar nesse
345 orçamento hoje aí? Nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós temos os
346 salários dos servidores que estão aí defasados, precisamos corrigir isso. E que
347 margem que está isso aí? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de
348 planejamento, diz: Olha, vereador Neto, esse é um dos calcanhares de Aquiles,
349 vamos dizer assim, da administração pública municipal. A gente tem uma grande

350 demanda de serviço. Precisa prestar o serviço com qualidade e eficiência. Esse é
351 um mistério da administração pública. Então, nós estamos falhos nesse aspecto.
352 Nós temos um grande número, mais de dois mil servidores entre concursados,
353 comissionados e contratados. Estamos encerrando o ano agora. Na última análise
354 que fizemos aqui, foi em setembro, nós apresentamos, e nós estamos... A lei, como
355 disse anteriormente, a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela determina para o gestor
356 os limites de gastos que ele pode ter. E, entre esses limites de gastos, foi
357 determinado que ele não pode gastar mais de 60% da receita corrente líquida com
358 pagamento de pessoal. Se ele passar de 60% da receita do que ele arrecada, ele
359 vai ter as contas reprovadas pelo tribunal de contas. E, o gestor que tem as contas
360 reprovadas pelo tribunal de contas, ele fica impedido de se candidatar por oito
361 anos seguidos, além de receber uma ação de improbidade administrativa, que pode
362 perder bens e outras consequências. Então, os gestores jamais procuram deixar
363 ultrapassar esses limites. Quando fala 60%, é 54% com pagamento mesmo efetivo
364 de salário e 6% com previdência, com INSS ou o Barra-Previ, que é a previdência
365 municipal. Então, no último levantamento, nós estamos com quarenta e sete ponto
366 alguma coisa. Se chegar no 48.6, já tem um sistema do tribunal de contas, que a
367 gente presta contas todo mês para o tribunal, manda os balancetes, o que recebe,
368 o que arrecada, dos gastos, e aí ele vai analisando, e aí ele já dar um alerta:
369 amarelo; vermelho é quando chega lá, vem na tela do computador do secretário
370 de administração lá um sinal de alerta. Quando ele recebe aquela alerta, já tem
371 que começar a tomar as medidas: cortar horas extras; evitar contrato; depois,
372 demitir os contratados, comissionados; pode chegar até a demitir, se não tiver
373 jeito, concursados também. Mas, isso é uma etapa muito difícil. Então, para os
374 servidores públicos, nós já estamos quase terminando o segundo mandato dessa
375 administração, eu participei do primeiro como vice-prefeito e agora estou como
376 secretário de planejamento, e não conseguimos realizar um aumento para os
377 servidores. Eu já fiz os estudos. Hoje, para que nós pudéssemos só fazer a
378 recuperação das perdas salariais em relação a inflação, nós teríamos que dar um
379 aumento de 82.76%, para recuperar de todo o período, desde a época do governo
380 Chaparral, passou pelo Vanderlei, o Vanderlei, a administração, deu 16%, e aí
381 essa administração, infelizmente, não contribuiu com nem 1% de reposição. É
382 uma realidade. Então, para fazer isso, teria que recuperar essa... Por isso que
383 estamos com dificuldade do concurso público, porque tem que chegar num limite
384 porque ninguém pode fazer um concurso público com salário do jeito que está.
385 Então, nós estamos vendo uma forma de como vamos fazer. Inclusive, não tem
386 previsão, eu já adianto, já que você perguntou, de aumento de salário nessa lei
387 orçamentária aqui, porque a arrecadação nós fizemos uma previsão e temos aqui
388 uma folha de vinte e três milhões para pagar ainda, agora novembro e dezembro

389 décimo terceiro, e a arrecadação está em dezesseis milhões. Isso dados da semana
390 passada. Nós estamos esperando o Refis chegar aí para ver se consegue para
391 fechar o ano. Eu já estou fazendo lá, cortando empenhos, e os secretários já estão
392 ficando numa dificuldade danada, mas nós vamos conseguir. Então, a previsão é
393 que, se melhorar a arrecadação, aí nós vamos fazer a reforma administrativa que
394 precisa ser feita, que o prefeito pediu, aí vai conseguir fazer isso. Mas, a primeira
395 coisa é melhorar o salário do servidor e aí vai ter que fazer a gestão. A gestão que
396 vai ter que trabalhar isso aí o ano que vem. O Dr. Heros Pena diz: Pessoal, ouvindo
397 a fala do Dr. Neto e do Dr. Joãozinho, eu percebi uma falha minha na condução.
398 A audiência pública, eu estou perguntando quem quer fazer pergunta, mas a
399 audiência pública é para dar sugestão, discutir, ouvir a opinião de vocês. Não é só
400 pergunta. Às vezes, se vocês tiverem alguma ideia, alguma coisa. Isso é uma coisa
401 que eu estou na câmara há sete anos, essa turma de vereadores agora sob a batuta
402 do Dr. Joãozinho tem conseguido fazer um trabalho fantástico. Duas das melhores
403 leis que já vi desde que estou aqui saiu disso, de audiências públicas com o pessoal
404 discutindo e dando ideias, e foi feita a várias mãos. Então, a opinião de vocês é
405 muito importante. Se alguém tiver. Não tenha pergunta, mas que tiver uma
406 opinião, fique à vontade para dar. Eu passo para o Dr. Cleber. O vereador Dr.
407 Cleber diz: Bom, gente, só para registrar, vereador Dr. Cleber. Parabéns cacique
408 pelas suas palavras. Foram registradas aqui por nós. Só ressaltar a vocês o que o
409 Dr. Heros disse. Realmente essa questão de uma audiência pública é para que
410 possamos ouvi-los e para que seja feita sugestões. Lembrando que esta lei ficará
411 aqui nesta Casa até dezembro, não é Dr. João? Até a última sessão em que nós
412 temos que votá-la. E, nós iremos fazer as emendas que os vereadores, o
413 Legislativo, entender necessário, onde tiver que fazer essas emendas, que achar
414 que talvez não ficou da forma em que necessita. Então, essas emendas serão feitas.
415 E é neste momento que, talvez vocês que tenham alguma aproximação com algum
416 vereador, possam também sugerir. Porque, as vezes, vocês vão ver aqui: ah, o
417 esporte, a cultura, a questão de saneamento, enfim. Qualquer das áreas da
418 administração pública que vocês entenderem que não foram contempladas a
419 contento, vocês poderão procurar um legislador qualquer, um dos quinze
420 vereadores, e fazer essa propositura para que a gente possa fazer essa emenda no
421 orçamento naquilo que vocês entenderem que está defasado ou que não está a
422 contento de ser privilegiado aí no orçamento. E, peço que venha ao nosso
423 presidente, que ele acabou de autorizar, para que todos deixem o nome, façam
424 uma lista, porque será feito por esta Casa, emitido um documento que comprove
425 a presença de vocês aqui, para que possam utilizar posteriormente como hora
426 atividade. Nesse momento que vocês estão participando terão o certificado dessa
427 Casa para vocês. Está bom? E, vou pedir desculpa porque vou ter que me ausentar,

428 porque tenho compromisso lá na faculdade, tenho que dar aula agora. O professor
429 está aqui, deixo ele com vocês. Está muito bem representando o pessoal da gestão
430 pública. E, eu peço vênia, peço desculpas, mas vou ter que me retirar antes do
431 tempo. E, parabéns pela participação de vocês. Obrigado! O senhor Valdeson diz:
432 Mauro, o acadêmico quer fazer uma pergunta para você. O senhor Jean diz: Boa
433 noite! Meu nome é Jean, faço gestão na CATHEDRAL. Eu queria saber porque
434 na parte de habitação o tão pouco investimento se tem todas aquelas casinhas
435 paradas lá? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Boa
436 pergunta, Jean. Como eu disse anteriormente, a questão da habitação, as vezes, o
437 município coloca a dotação só aquele valor que nós colocamos lá porque o
438 município mesmo não promove e não faz as casas. O que a gente faz é um projeto
439 ou quando pede para um deputado, vai lá faz uma incursão lá na câmara e no
440 senado para eles colocarem em dotação emenda num projeto do governo. Porque,
441 aquelas casas, por exemplo, é do governo federal. O município de Barra do Garças
442 mesmo só nunca fez nenhuma casa, nem um conjunto. Por exemplo, o Ouro Fino,
443 o que nós fizemos enquanto município foi doar o terreno. Quem faz a casa é o
444 governo federal. Então, nós colocamos lá aquele valor simbólico, cinco mil reais.
445 Se tiver algum projeto que consigamos encaixar, Barra do Garças pode receber
446 mais um conjunto habitacional, trezentas casas, cem casas que seja, aí nós temos
447 essa dotação orçamentária. Aí a gente pega de outra dotação aqui do orçamento,
448 se precisar gastar mais, e complementa naquele valor. Por exemplo, no governo
449 Vanderlei foi feito o conjunto Ouro Fino e também o Abel Lira ali. Então, foi
450 doado o terreno, o governo estadual fez o Abel Lira, e o governo federal através
451 da Caixa Econômica faz o Ouro Fino. Também o governo Chaparral, aí já depois,
452 fez o Wilmar Peres, aquelas trinta e sete, trinta e oito casas lá. E, agora, no governo
453 Dilma, o Roberto no primeiro mandato teve o Nova Barra do Garças e esse aí que
454 era para ter saído já, que são mais de quatro mil e quinhentas casas, e está parado,
455 não é. Parou no governo Dilma. O Temer começou, parou também. Agora está no
456 governo Bolsonaro e não está conseguindo sair do lugar. As casas já estão
457 acabando lá. Já fizeram uma licitação, uma nova empresa. Só que o que está
458 pegando, só para informações de vocês, a empresa pegou essas casas para
459 terminar e outras, só que ela quer começar e receber de todos para começar a fazer.
460 Aqui já tem o dinheiro para fazer, mas das outras lá não tem. E, ela pegou um
461 projeto global, uma licitação global. Então, ela não quer começar e depois não
462 receber lá na outra. A ordem de serviço é para todas. Então, está enrolado nesse
463 sistema aí. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Jean, deixa só eu
464 fazer uma complementação aqui na sua pergunta porque também é um tema que
465 a gente está ouvindo falar muito nesse momento no país. Você falou assim: por
466 que só aquele valor lá. Você está atento, ligado. Parabéns! Mas, por que aquele

467 valor tão pequeno. E, o Mauro disse um negócio interessante. Ele falou assim:
468 olha, nenhum conjunto habitacional no município, nas últimas duas décadas,
469 nenhuma casa foi construída com o dinheiro do município. Por que? Entre outras
470 razões, primeiro, isso tem a ver com o pacto federativo. Essa é a expressão que
471 vocês estão ouvindo muito. Perdem uns minutos para ouvir o noticiário nacional,
472 essa também é uma proposta do Jair Bolsonaro de campanha, que inclusive está
473 nesse momento, esta questão, ela está na fritura. Por que? O que é o pacto
474 federativo? É a forma como se arrecada no país. Então, o que ocorre dentro desse
475 pacto? O grosso da arrecadação fica com a União, com o governo federal. A gente
476 fala assim: fosse um bolo, toda a estrutura do bolo é da União. O Estado, e isso
477 tem a ver com os tributos, com a titularidade para arrecadação dos impostos, dos
478 tributos e taxas e etc. Então, o Estado, ele ficaria com a cobertura do bolo. E, os
479 municípios ficam com a cereja, aquela parte bem pequenininha. Então, essa é uma
480 discussão, que aquilo que a gente está falando das reformas que o país precisa
481 discutir, que está ocorrendo bem agora. Se você atentar para as falas, dá uma
482 olhada no Youtube lá e perde duas horas e alguma coisa quando foi apresentado
483 o plano agora que foi apresentado ao Congresso Nacional, que é um plano de
484 reformas econômicas. Essa é uma discussão que está posta lá. O que a gente tem
485 que fazer? Eu já ouvi dizer que essa frase é do Ulisses Guimarães. Eu já ouvi dizer
486 que ela é do Covas. Eu não sei ao certo quem é o autor da frase. Mas, ele diz
487 assim: as pessoas não moram no Estado, elas não moram na União, as pessoas
488 moram no município. Elas moram na cidade. Então, o certo seria que dentro desse
489 pacto federativo se privilegiasse as cidades, que a forma de arrecadação dos
490 tributos fosse feita de uma forma que uma parte substancial fosse passada para as
491 cidades. Por que? Porque, em tese, seria mais fácil de você vir aqui na câmara e
492 cobrar do vereador. Falar: e aí, cara, cadê o dinheiro? O dinheiro para fazer a
493 Avenida Amazonas. O dinheiro para a saúde. Então, o legal da gente aproveitar
494 essas ocasiões pra gente ver que tem tudo a ver com o momento em que nós
495 estamos vivendo, com as discussões fundamentais para o nosso país que estão
496 sendo travadas agora. Vou falar disso aqui porque tem a ver com a temática e com
497 a nossa... Foi legal, porquê? Porque veja, essa colocação, por exemplo, de que
498 devem ser repassadas ao município, isso corre alguns riscos. Por que? Lembrem,
499 o cacique Zé Maria falou com muita propriedade, uma das metas nossas enquanto
500 país, dos fundamentos lá da Constituição, é erradicar a pobreza e promover a
501 igualdade regional do país. Então, nós temos distintas realidades no país. Então,
502 isso precisa ser muito discutido. Por que? Porque corre-se o risco, por exemplo,
503 de se privilegiar a região Sudeste, a região Sul, a região Centro-Oeste, e
504 aprofundar a abissal desigualdade que já há entre essas regiões, o Norte e o
505 Nordeste do país. Então, essa discussão precisa ser muito bem feita. E, o que foi

506 legal nesse projeto? Prestem atenção naquelas falas lá porque é muito interessante.
507 Vocês serão gestores. Gestor que não sabe o que está acontecendo no país dele,
508 nunca será um gestor. Advogado também não. A nossa mercadoria, a nossa; o
509 nosso produto; a nossa roça se chama informação, informação qualificada. Você
510 não deve, se você é advogado, nem se você é gestor, se limitar a conhecer os
511 códigos. Você será muito pequeno na sua profissão. Você precisar ter uma
512 formação muito mais ampla, com muito mais informação, para que você não seja
513 só um reproduzidor de ideologias e de compreensões. Primeiro, para que você seja
514 um cidadão pleno no exercício da sua cidadania, que é o mais importante até do
515 que ser um profissional. Mas, também para que você seja um bom profissional é
516 preciso que você esteja atento a isso, de uma coisa dessas que parece que é
517 insignificante, mas todas essas discussões que estão sendo travadas no país nosso
518 agora tem a ver com isso, com destinação de dinheiro, como que a gente vai
519 distribuir o dinheiro, porque o município não tem dinheiro para investir. Por isso,
520 que fiz questão de fazer aquela pergunta, lembram? Quanto que a gente tem de
521 dinheiro que a gente pode nós mesmos fazer. O Mauro respondeu, vinte e cinco
522 milhões. Dividindo vinte e cinco milhões por doze, vão dar dois milhões e pouco.
523 A nossa folha de pagamento está quanto, Mauro? Mensal, oito milhões por mês.
524 Então, por isso dessas indagações. Por isso é interessante. Só queria parabenizar
525 você pela pergunta e fazer essas chaves, para a gente construir e saber da
526 importância desse momento que a gente está vivendo, da importância da coleta
527 dessas informações, é claro, que só a janela da vida possibilitará que vocês possam
528 trabalhar com todas essas informações. Mas, esses são exercícios que a gente
529 precisa começar a fazer, todos nós que somos profissionais. Ainda não estão
530 profissionais, mas estão a caminho disso. Beleza? Parabéns, Jean! O senhor
531 Valdeson diz: Doutor, o senhor estava falando em orçamento. Qual é a legalidade,
532 se o orçamento é específico, do remanejamento de recursos de uma pasta para
533 outra? A Lei de Responsabilidade Fiscal não coíbe essa ação? O vereador Dr.
534 Joãozinho, presidente da câmara, diz: Legal, muito legal porque eu havia pensado
535 nisso. Mas, se fosse combinado não teria ficado melhor. Muito legal. Acho que
536 você leu meu pensamento. É interessante mesmo. Se vocês olharem ali, eu
537 também faria essa pergunta para o Mauro, mas para fins didáticos, para que a
538 gente possa aprender. Mauro, vou sintetizar aqui a pergunta. Nós temos ali, eu vi,
539 setecentos e poucos mil previstos para a pasta da cultura. O senhor Mauro Gomes
540 Piauí, secretário de planejamento, diz: Setecentos e setenta e quatro mil. O
541 vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Isso, eu vi ali. Então, aquilo
542 que o Valdeson está dizendo, a gente sabe que esses valores, por N razões, eles
543 não são aplicados na cultura. Eu não vou discutir aqui o porquê. Mas, a gente sabe
544 que não são aplicados. Mas, aí, chega um determinado momento do ano e a gente

545 fala assim: está faltando dinheiro na educação. E, nós temos, e aí eu sei que eu
546 não posso gastar se não tenho previsão orçamentária, não posso gastar, tem que
547 estar previsto no orçamento para que eu possa gastar. Então, imaginemos, eu
548 tenho setenta e cinco milhões previstos para a saúde durante o ano. Mas, chegou
549 agora, como o Mauro falou, fiz uma avaliação: caramba, eu vou precisar de
550 oitenta. Essa é a pergunta. Como que eu faço? Eu posso remanejar dentro do
551 orçamento de outras pastas? Essa é a primeira. E, segunda, qual que é o
552 procedimento que se utilizar para tornar isso possível? O senhor Mauro Gomes
553 Piauí, secretário de planejamento, diz: Bem, pode sim. Isso está dentro da Lei
554 4.320. Lá tem uma margem que o prefeito pode fazer, um percentual. Ele não
555 pode, por exemplo, tirar do FUNDEB e nem do Fundo Nacional de Saúde, que
556 serão reservas carimbadas, nem do Fundo Assistencial. O dinheiro desses fundos
557 aí não pode ser transferido para outra pasta. E, geralmente não são. Não podem e
558 nem são. O que pode é entrar nesses aí. No caso da educação, não acontece aqui
559 em Barra do Garças porque nós temos as gestoras da educação, desde o governo
560 Chaparral, depois a professora Silvia e o professor Albérico, eles sempre fizeram
561 bons projetos. Então, o governo federal. Então, nós arrecadamos muito. E,
562 também em relação ao número de alunos. Nós temos quase sete mil alunos. Com
563 crianças de creches também, umas oito a nove mil alunos contando creches
564 também. Então, tudo vem como educação via FUNDEB, educação infantil. Então,
565 nós aplicamos bastante e se resolve a educação. Agora, a saúde não. A saúde
566 realmente é onde que nós buscamos em outras fontes, outras secretarias, e aí vai
567 na cultura, vai na assistência social em algumas fontes, na finanças, na
568 administração, planejamento. Todas elas a gente tira, as vezes, o recurso ali para
569 aplicar na saúde também. Porque vem muito dinheiro de verba específica da
570 saúde, mas, mesmo assim, o município tem que colocar o recurso próprio dele, os
571 15%, e aí não dá conta. E, quando não tem condição, aí o município, o Executivo,
572 pede autorização para a câmara municipal para abrir o crédito suplementar ou o
573 crédito especial. O crédito especial quando entra dinheiro. Quando tem uma
574 previsão que não está o orçamento. Por exemplo, nós temos aí, genericamente
575 falando, mas objetivamente também, umas ações judiciais com os bancos
576 cobrando ISSQN. Foi aprovado pelo Congresso novas contas e tem uma lista lá
577 de serviços que é prestado que você cobra ISS. Então, estamos cobrando do banco.
578 Vai dar um grande volume aí. Se entrar esse dinheiro, não tem essa previsão
579 orçamentária. São mais de vinte milhões de reais. Então, eu vou ter que solicitar
580 aqui um projeto para a câmara para incluir isso no orçamento, abrir um crédito
581 especial. Aí a câmara autoriza. Aí eu vou poder aplicar esse dinheiro. E, quando
582 faltar também dotação orçamentária, eu peço para abrir crédito suplementar para
583 suplementar o orçamento. Eu vou pedir lá um X por cento a mais. O prefeito faz

584 isso como? Através de decreto. Ele baixa o decreto, aí ele transfere aquele valor
585 lá para uma ou outra dotação orçamentária. Não vou falar nem secretaria. São
586 dotações orçamentárias, não é. Como eu disse no início, toda dotação, ela tem
587 uma numeração lá. Então, se não tiver a previsão orçamentária, eu tenho que pedir
588 ou abrir o crédito suplementar ou o crédito especial. E, aí geralmente a câmara
589 autoriza. Já foram enviados alguns projetos aqui que a gente pede, que não tem
590 previsão no orçamento, aí a gente abre o crédito especial e suplementar o
591 orçamento através disso. Eu estava mostrando aqui. Vocês estão vendo essas
592 fichas? Essas fichas aqui são as metas. Só para vocês terem uma ideia, o Dr. Neto
593 estava falando que queria perguntar sobre o urbanismo, aqui são os programas
594 que temos: Barra bela, Barra em desenvolvimento. Então, ela é da secretaria de
595 urbanismo e paisagismo. Qual que é o objetivo? Proporcionar o saneamento
596 básico, promover o desenvolvimento urbanístico, limpeza pública,
597 embelezamento do município. Então, qual que é a justificativa? Promoção da
598 urbanização e paisagismo do município. Qual que é o público alvo? A população
599 em geral. Então, isso é uma peça do orçamento. Então, aqui a gente tem as
600 funções. Isso aqui é uma dotação. Essa numeração todinha aqui é a numeração
601 que a gente fala que é a dotação orçamentária que vai aparecer lá na contabilidade.
602 Então, em dezoito, aqui no gabinete do secretário, equipamento e material
603 permanente. Então, dezoito nós programamos cem mil; dezenove, cinquenta mil;
604 vinte, cinquenta mil; e vinte e um, cinquenta mil. Então, está previsto para o
605 gabinete, de adquirir de equipamento e material permanente, cinquenta mil reais.
606 Aqui é a mesma ficha. Aqui tem outra tarefa aqui: equipamento e material
607 permanente para aterro sanitário, então está aqui cinquenta mil também.
608 Manutenção e desenvolvimento da secretaria de urbanismo, dois milhões
609 trezentos e quinze mil. O vereador Dr. Neto diz: Hein, Mauro, eu falei sobre a
610 secretaria de urbanismo porque, como o João disse muito bem, setecentos e
611 poucos mil na cultura, um milhão e pouco para o esporte. E, a secretaria de
612 urbanismo, ela tem doze milhões. Então, as vezes, a pessoa ver a secretaria de
613 urbanismo e vai pensar: doze milhões, mas essas praças para arrumar, enfeitar a
614 cidade não é... Porque a questão que a gente até discutiu aqui na câmara ontem,
615 que é a questão do lixo, o tanto que a gente gasta no lixo hoje no nosso município.
616 Então, essa grande parte desses doze milhões aí que consome muito do nosso
617 orçamento é para questão de lixo, não é. Então, a gente tem que ver, melhorar essa
618 questão, nós todos aqui, nessa questão do lixo. E, a outra questão, Mauro,
619 saneamento. Nós temos uma empresa terceirizada o município, e eu vi uma
620 previsão ali de dois milhões e oitocentos mil, se não me engano. E, da onde seria
621 aplicado esse recurso? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento,
622 diz: É isso aqui, vereador. Manutenção do desenvolvimento do urbanismo, dois

623 milhões trezentos e quinze mil. O saneamento que a gente fala não é o
624 esgotamento sanitário, mas é toda limpeza urbana do lixo também. Então, aqui
625 nesses dois milhões está a manutenção do pessoal e da empresa também. Aí nós
626 vamos descendo aqui é a mesma. O senhor Heros Pena diz: Secretário, dentro
627 desse tópico, uma pergunta sugestão. Igual o rapaz que perguntou ali anotou o
628 número da habitação, eu notei aí que a vigilância sanitária tem uma verba, se não
629 me engano, quase dez vezes menor do que a vigilância epidemiológica. A gente
630 tem uma cultura no Brasil de esperar adoecer para curar ao invés de prevenir. É
631 um negócio estranho. E, e a vigilância sanitária que eu vejo é isso, seria uma
632 prevenção da saúde, manutenção da saúde. Por que não juntar essa câmara, todo
633 mundo, faz emenda e mudar, botar dinheiro na vigilância sanitária, botar dinheiro
634 no urbanismo, começar a limpar terreno baldio, que deixa a cidade mais bonita,
635 para não ter dengue? Ao invés de gastar um milhão com dengue, gasta-se um
636 milhão com fiscalização para resolver o problema antes dele acontecer. Porque o
637 que fica parecendo para a população? Não, vamos botar um milhão aqui que, se
638 der uma epidemia de dengue, a gente gasta; se não der, a gente usa o um milhão
639 para outra coisa, e a população que se exploda. Pelo menos é o que parece para...
640 Aí a pergunta é para o senhor e para os vereadores, se quiser responder. O senhor
641 Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: É isso mesmo, colega. A
642 vigilância sanitária nossa aqui é um corpo. Aquele valor ali de despesa é só dos
643 servidores do município. Por exemplo, nós fizemos um projeto e conseguimos
644 com o ministério da saúde o repasse de um veículo. Nós recebemos um veículo,
645 uma caminhonete novinha. Não sei se vocês já viram. Então, aí nós temos acho
646 que seis fiscais sanitárias. São determinados seis fiscais sanitários. Então, esse
647 valor de seiscentos e poucos mil é para manutenção e pagamento desses
648 servidores aí. E, a vigilância epidemiológica é uma dotação para os servidores.
649 Todos os agentes comunitários de saúde. É uma parte. E, também da vigilância
650 ambiental. Porque o agente comunitário de saúde trabalha nas UBS e os agentes
651 ambientais saem nas ruas para fazer o levantamento da questão da dengue, etc. O
652 vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Só para responder a questão
653 enquanto questionamento. É preciso lembrar que, como disse o Mauro, o agente
654 da vigilância sanitária é custeado exclusivamente com as receitas próprias do
655 município. E, o agente de saúde, na verdade, ele é custeado substancialmente por
656 um recurso repassado pela União. Isso precisa estar ali dentro do orçamento. E, o
657 doutor está parcialmente correto. Digamos assim: seria, no jargão do direito, dizer
658 assim que é parcialmente correta a compreensão dele. Por que? Porque, na
659 verdade, o agente de saúde, dentro da sistemática do SUS, ele presta um trabalho
660 preventivo. Ele não é curativo. Por que? O agente de saúde é aquele sujeito que
661 vai até a residência dentro da estrutura como o SUS é pensado. Às vezes, uma

662 coisa é o dever ser e outra é o ser, aquilo que efetivamente acontece. Então, agente
663 de saúde dentro dessa estrutura é aquele sujeito que vai até a casa, que faz o
664 acompanhamento da família, que acompanha a senhora que está grávida nos
665 primeiros meses, que indica, que faz a condução. Em alguns casos, aquelas
666 pessoas que não podem se deslocar até o posto de saúde, ele que tem que ir,
667 acompanhar a medicação. Então, por isso. Na verdade, não tem essa feição apenas
668 curativa, mas ela também, primeiro, essa é uma compreensão equivocada,
669 também ela é sim preventiva, e, segundo, a razão é de onde é a origem do dinheiro,
670 porque tem mais para os agentes. Os agentes são uma categoria para qual o
671 governo federal vem ao longo desses anos e muito pela organização sindical dos
672 agentes de endemias, eles tem conseguido manter um certo nível de dignidade
673 salarial da classe. É pequena, é baixa ainda, mas pelo menos eles tem um piso
674 salarial. E, esse piso salarial, 95% dele é repassado pelo governo federal. Por isso
675 que ele está previsto ali em orçamento. A professora Rosana diz: Boa noite! Meu
676 nome é Rosana, sou professora da UFMT. Estou aqui com os alunos de direito
677 financeiro. Mas, a minha pergunta vai para o lado ambiental e já passou pela
678 temática aqui falando dos resíduos sólidos. Inclusive, foi comentado a nossa
679 grande quantidade de resíduos sólidos gerados aqui no município. E,
680 seguidamente, a pauta do aterro vem à tona, a inadequação das instalações, as
681 necessidades de melhorias. E, eu gostaria de saber se temos aí alguma dotação
682 reservada para a questão de educação ambiental, de políticas públicas nesse
683 sentido? Inclusive, para implementação do plano de gerenciamento de resíduos
684 sólidos no município? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento,
685 diz: Olha, nós temos sim dentro dessa questão, lá na dotação da secretaria do meio
686 ambiente. Inclusive, nós temos um TAC, a secretaria de meio ambiente com o
687 ministério público, e ele está obrigado a fazer e ele está fazendo alguma gestão
688 nessa questão da educação ambiental nas escolas, desenvolvendo alguns projetos.
689 Sim, nas escolas municipais e estaduais, a secretaria do meio ambiente. A questão
690 dos resíduos sólidos, nós temos já um projeto. A administração está gestando esse
691 projeto para resolver esse problema definitivo do aterro sanitário. Nós estamos
692 com um projeto desenvolvendo um novo aterro modelo. Nós estamos tentando
693 fazer isso aí. Está numa dificuldade de localização dentro dos padrões exigidos
694 pelos ministério do meio ambiente. Mas, ao mesmo tempo, vai chegar aqui nessa
695 Casa um projeto para que o município possa fazer uma parceria com empresas
696 para fazer todo o recolhimento do lixo aqui de Barra do Garças e dar uma
697 destinação eficiente para ele. Não vai ter mais o próprio aterro sanitário. É a
698 empresa que vai reciclar toda espécie de lixo aí, não só do município de Barra do
699 Garças, mas do Pontal. É um projeto grande que está se desenvolvendo. Inclusive,
700 deve ter uma audiência pública em breve. Essa Casa vai ser convidada. E, aí eu

701 espero que todos também possam participar para conhecer esse projeto. Não sou
702 eu quem estou desenvolvendo ele lá dentro da administração, mas acho que vai
703 vendo outras experiências de outros municípios. Vai valer a pena Barra do Garças
704 aplicar isso aqui. A professora Rosana diz: Secretário, só para complementar. Essa
705 alternativa é uma alternativa de consórcio intermunicipal? E, existe alguma
706 previsão? Algum prazo? Alguma ideia? Qual é o andamento? Quão adiantado
707 estamos nesta pauta? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento,
708 diz: Como eu disse, vai ser mandato um projeto aqui para a câmara, para a câmara
709 discutir. E, já tem uma audiência pública marcada. Vai ser marcada lá. A
710 administração que está marcando para mostrar para a sociedade o projeto. Nós
711 estamos fazendo o estudo, chamando empresas para apresentar esse estudo, para
712 ver se vale a pena a gente receber e implementar isso aqui em Barra do Garças.
713 Mas, ainda está em fase embrionária ainda. É para o ano que vem. O vereador Dr.
714 Joãozinho, presidente da câmara, diz: Professora, desculpa, o nome é? Rosana. É
715 porque é assim, o Mauro fala pela visão do Executivo. E, nós temos, as vezes,
716 compreensão diferente, porque o Legislativo é, em última análise, e é assim que
717 eu vejo, o local onde é possível uma maior amplitude das discussões. Essa Casa,
718 inclusive, tem feito isso, muitas audiências públicas e tal. Então, primeiro, a gente
719 sabe que você é da pasta, da área. Nós tivemos aí a legislação federal prorrogando
720 já ano após ano essa exigência da questão dos aterros sanitários. Essas
721 prorrogações, elas nascem principalmente, há outras razões, mas elas nascem
722 principalmente da incapacidade financeira dos municípios de criarem os aterros
723 sanitários. É caro. É muito caro. E, aí o pessoal de gestão. Desculpem, qual que é
724 o curso? Gestão pública, legal. Vocês verão, se ainda não virão, que dentro
725 daquilo que a gente chama de gestão, de governança, há muitas possibilidades de
726 você fazer gestão, fazer governança e fazer opções. Então, nós temos hoje uma
727 realidade. A gente precisa trabalhar com essas informações. Existe um capital
728 muito grande e ocioso no mundo, um capital que não acha onde ser aplicado.
729 Existe, por exemplo, o sujeito, as vezes, ele aplica um dinheiro num fundo nos
730 Estados Unidos a juros quase zero. Por que? Porque não há possibilidade de
731 aplicação segura. Então, esse é um dado pra gente chegar naquilo que a gente vai
732 falar aqui, que o Mauro até já falou disso aqui, que a gente está vivenciando essa
733 experiência aqui, professora. Então, com base nisso, alguns grupos conseguem
734 arrecadar esse dinheiro e aplicam principalmente, não é uma regra, isso também
735 existe, na verdade, essa forma de contrato, que é isso que o Mauro disse ali, ela
736 nasce principalmente na Inglaterra, mas se erradia para os Estados Unidos, e agora
737 está se transformando numa realidade pouco a pouco também nos países em
738 desenvolvimento, subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Qualquer
739 que seja a nomenclatura que você deseja dar. E, o que é isso? Isso se traduz em

740 que? Duas palavrinhas: parceria público-privada. Para vocês que estão fazendo
741 gestão, o quê que é isso? Existem formas do governo transferir. O governo, ele
742 tem aquelas funções que são próprias: segurança, educação, que ele não pode
743 transferir porque implica na transferência do poder de polícia, por exemplo.
744 Certo? Aprendeu bem, não é. Ela balançou a cabeça e disse: eu já vi isso lá na
745 sala. Mas, existem algumas coisas que a gente pode transferir e essa também é
746 uma discussão de momento. Qual que é o papel? Onde tem que estar o Estado?
747 Qual que é o tamanho da atuação do Estado? Qual que é o Estado ideal? Todas
748 essas discussões e temáticas são presentes, eu tenho certeza, nos cursos de vocês.
749 Então, aqui no município, nós temos uma experiência dessa que foi implementada
750 agora em relação a iluminação pública. É uma parceria público-privada. Mas,
751 como nosso país, pela sua tradição do direito romana, para nós só vale o que está
752 escrito. Então, nós temos uma lei de parceria público-privada, e aí quando a
753 professora disse: em que estágio está essa situação, é porque primeiro a vontade
754 política. Nós temos essa demanda que a gente precisa resolver. A gente precisa
755 resolver isso enquanto comunidade. E, a gente precisa pensar isso também
756 enquanto cidadão. Eu falo assim: é muito bonitinho você ir, tirar um dia no ano,
757 e ir lá para a beira do rio limpar o rio. É lindo. Só que não adianta nada você jogar
758 trezentos e sessenta e quatro garrafas no lixo todo o dia. Porque se você sozinho
759 faz isso, agora multiplica por sessenta mil pessoas. Se você pegar, dessas sessenta
760 mil, 10%; se 10% de nós, da nossa comunidade, resolver jogar uma garrafinha no
761 lixo todos os dias, nós teremos seis mil garrafas por dia, cento e oitenta mil por
762 ano, dois milhões e alguma coisa no ano só de garrafinha. Então, a gente precisa
763 pensar. Por isso que eu digo que a gente precisa pensar nessas questões enquanto
764 coletividade, solução coletiva, mas precisa pensar enquanto indivíduo,
765 responsabilidade pessoal com o planeta que a gente vive. A gente precisa parar e
766 fazer essas reflexões. Mas, voltando para a temática dessa questão, professora.
767 Então, também aqui na Casa nós estamos discutindo isso. Nós gastamos próximo
768 de um milhão de reais por mês para limpar essa cidade. É muita grana. É muito
769 dinheiro. Pensem, um milhão de reais por mês. Doze por ano. Então, a gente
770 precisa encontrar a solução. E, o que é pior: aparentemente parece que a nossa
771 cidade é uma cidade limpa. Mas, nós temos um problema seríssimo com a
772 destinação do nosso lixo, e a gente precisa pensar que é uma cidade menina,
773 sessenta, setenta anos. A gente precisa lembrar que existem comunidades inteiras
774 que estão lá para baixo do rio, e que nós estamos bem aqui, que a nossa coleta de
775 água é bem aqui, muito possível de contaminação. Então, a gente precisa pensar,
776 professora, nessa questão do lixo. Nós estamos fazendo essa discussão aqui. Uma
777 coisa que a gente precisa compreender é que somos uma sociedade multifacial
778 com muitos pensamentos. Então, quando eu digo aqui na câmara: oh, nós

779 precisamos resolver o problema do lixo, e nós não temos dinheiro suficiente para
780 o aterro, nós precisamos achar uma solução viável para isso. A gente precisa
781 entender que alguns dos nossos cidadãos, legitimados para isso, dizem assim:
782 hum, lá vem malandragem. É! E, numa cidade múltipla, as pessoas tem que ter
783 sua opinião respeitada e ouvida, ainda que seja para você discordar. Então, é por
784 isso que nós adotamos essa prática. Faremos as audiências públicas, professora,
785 para tratar, para dar vasão a todas essas vozes. Só assim se constrói leis, pactos
786 sociais que atendam todos os interesses ou, pelo menos, que achem um ponto de
787 equilíbrio em todo os interesses. Então, nós faremos e tenho certeza que a senhora
788 estará aqui representando a comunidade acadêmica, os professores lá da UFMT.
789 O senhor Heros Pena diz: Dr. Mauro, o Valdenor, nosso ex-servidor aqui, pediu
790 para te perguntar a questão da assistência social. Você tem algum projeto, tem
791 alguma verba para isso? É isso, Valdenor? Uma pessoa, que não se identificou,
792 diz: Boa noite! Aqui. Eu tenho uma dúvida sobre o projeto do anel viário em Barra
793 do Garças. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Bem,
794 o projeto do anel viário, esse projeto começou em 2002 por aí, quando na
795 administração 2002 do ex-prefeito fez um convênio com o governo federal e
796 passou para o município começar a executá-lo. Imagina como que o pessoal
797 pensou grande. E, chegaram a usar mais ou menos um milhão e duzentos mil reais.
798 Fizeram uma primeira parte lá no aterro daquela rotatória da UFMT até lá na
799 frente. Aí veio uma chuva e jogou tudo embora. Aí ficou em 2004, o outro prefeito
800 já aplicou os outros quatrocentos mil. Então, foi uns dois milhões. Aí depois disso,
801 em 2012, aí passou esse tempo todo buscando e em 2012, a União fez um
802 convênio com o governo estadual. Aí o governo estadual começou tocar o projeto,
803 2012, 12, 14. Nós fomos lá, aplaudimos, fizemos todo lançamento novamente.
804 2014 chegou o governador e lançou ali, e depois ele falou: eu não dou conta. O
805 município não deu conta. O Estado também não deu conta. E, agora, a União está
806 tocando esse projeto aí, porque é quem que pode tocar um projeto da magnitude
807 dessa. Os outros só pegaram o dinheiro do contribuinte e aplicaram
808 indevidamente. Agora, é um projeto do governo federal que foi incursão do
809 prefeito da época, com o senador Wellington Fagundes, que todo mundo conhece,
810 e os deputados federais do Mato Grosso, todos eles, aportaram recursos, as
811 emendas deles, para esse projeto. Um valor enorme, setenta e dois milhões de
812 reais, que ele passa por ali e atravessa, vai até no Goiás. Já está numa fase bem
813 adiantada. Eu creio, pela experiência que a gente tem, que ele vai ser executado
814 até 2020, vai estar terminando. As pontes estão prontas. A parte do Goiás, que era
815 mais difícil, agora deslanchou. A parte de lá já está toda asfaltada, terminando o
816 viaduto lá. O que está atrasando aqui é a parte urbana do Jardim Nova Barra. Não
817 sei quem mora lá naquela região. Aquela região sabe da Avenida Amazonas.

818 Aquela avenida que faz divisão com o Nova Barra Sul. É uma avenida larga que
819 alaga ali tudo, que é uma parte que é alta e quando eles fizeram lá o aterro, o
820 levantamento da pista, rodovia que vai passar por dentro, alagou tudo. Então, o
821 município fez um TAC, nós estamos suando para cumprir, para fazer obras
822 emergenciais. Mas, o governo federal assumiu fazer toda a questão da
823 infraestrutura da canalização. Quem está fazendo agora é o município. O vereador
824 Dr. Neto diz: A empresa já está fazendo a drenagem da federal. Porque foram
825 duas etapas: foi licitado o asfalto, que a empresa ganhou, a Sanches Tripoloni, em
826 torno de vinte milhões; e agora licitou a drenagem em torno de dezessete milhões,
827 e a empresa Triunfo já está na Barra, já está fazendo, já locaram os barracões, já
828 está trazendo a usina de asfalto que faz as contenções. Mas, já até no rio desceu
829 uma parte da drenagem. Então, a empresa já está aí já. O senhor Mauro Gomes
830 Piauí, secretário de planejamento, diz: Não, eu estou falando da Avenida
831 Amazonas, o trabalho que nós estamos fazendo lá agora porque a população está
832 sofrendo e exigindo da cidade. Nós fizemos um TAC com o ministério público
833 federal e agora até o final do ano temos que investir lá três milhões. Aí está saindo
834 dos cofres públicos daqui esse dinheiro para fazer aquele serviço. Demorando,
835 tem muita reclamação. Agora com a chuva vai ficar mais difícil ainda, que é
836 compactar e fazer toda aquela parte lá. Então, o que está atrasando a parte agora,
837 das obras que o vereador Neto complementou, é essa parte da drenagem que tinha
838 que fazer. Aí, como tem que fazer um projeto, tem que aprovar o projeto, agora a
839 empresa já foi licitada e ela vai começar a fazer esse trabalho. Assim que terminar
840 a drenagem, aí vai começar fazer o asfalto e encabeçar as pontes. E, eu creio que
841 o ano que vem vamos estar oficialmente livre desse trânsito aqui. Eu só queria
842 mostrar, na assistência social, só para falar dos projetos. Só um minutinho.
843 Respondendo aqui meu amigo. Então, só para responder aqui o nosso amigo. A
844 previsão para gastar com assistência social, para investir, esse ano é quatro
845 milhões oitocentos e vinte e oito mil. Isso inclui toda assistência ao idoso, a
846 criança, ao adolescente, todos os programas que temos desenvolvidos aí. Esse
847 dinheiro vem do governo federal, do governo estadual. E, nós somos obrigados
848 pela legislação a aplicar 3% da receita corrente líquida também na assistência
849 social. Então, é com esse dinheiro, com essa verba, que a gente aplica. Toda a
850 promoção da igualdade racial também; assistência social da mulher, os projetos
851 que já tem do idoso, da criança e do adolescente. Inclusive, nós vamos o ano que
852 vem começar a desenvolver o projeto para construir o abrigo, um abrigo do idoso
853 aqui no nosso município, já que isso a gente foi compelido pela justiça a fazer um
854 aqui porque tem muito idoso abrigado lá em Aragarças, e o ministério público
855 acha interessante que seja aqui. Então, entrou com a ação. E, nós vamos construir
856 nos moldes lá. Vamos demorar um pouquinho, mas já tem quinhentos mil já

857 guardado no orçamento para isso. Se os vereadores quiserem ajudar também,
858 podem aportar emenda nisso aí. Lembrando, gente, igual o Dr. Heros falou, vocês
859 podem sugerir para os vereadores em que se pode aplicar. Só a título de
860 contribuição, os vereadores logicamente sabem, quando a gente vai fazer uma
861 emenda, nós fazemos aqui uma proposta de orçamento baseado na experiência e
862 o que nós arrecadamos nos últimos três anos. A gente faz um levantamento do
863 que arrecadou, do que gastou, então a gente faz o planejamento: nós podemos
864 arrecadar de acordo com a questão da economia, as demandas, os interesses de
865 cada secretaria e da população em geral, a gente faz esse orçamento. A gente
866 apresentar aqui para a câmara municipal e eles tem a liberdade e a capacidade de
867 aprovar e apresentar as emendas. Só que, quando vai apresentar a emenda para
868 modificar o projeto, o vereador tem que falar também da onde vai sair o dinheiro.
869 Não é só colocar: bota tantos milhões ali para o idoso. Mas, aí, para colocar ali,
870 tem que falar de onde vai tirar. Tem que tirar de outro lugar para colocar ali porque
871 senão desequilibra. Vai receber duzentos e cinco milhões e vai gastar duzentos e
872 cinco milhões. Então, tem que tirar da outra para suplementar aquela outra para
873 ter o equilíbrio. Então, se nós vamos colocar, igual eu sugeri, coloca mais, nós
874 vamos ter quinhentos mil para começar construir o abrigo do idoso, ele vai custar
875 aí um milhão seiscentos e poucos, então um projeto pequeno, mas padrão do jeito
876 que o ministério da ação social lá exige. Então, não vai dar para fazer num ano só.
877 Então, vamos construir a longo prazo. O vereador Dr. Neto diz: Mauro, uma
878 questão importante que eu queria saber de você. Eu lembro que no primeiro
879 mandato aqui, a câmara aprovou um financiamento para a prefeitura. Na época, o
880 prefeito recebeu, não tinha quase máquinas, não tinha ônibus escolar. Nós
881 aprovamos aqui pra ele fazer um financiamento para comprar equipamento. E,
882 parece que já foi sanado essa conta, não é? Já foi paga? O senhor Mauro Gomes
883 Piauí, secretário de planejamento, diz: Não, ainda está pagando. O vereador Dr.
884 Neto diz: Está pagando. Mas, eu queria perguntar em cima disso. A gente sabe
885 que o orçamento da prefeitura é como o orçamento da dona de casa. Ela tem um
886 tanto para gastar e ela não pode gastar mais. E, a prefeitura é a mesma coisa. Eu
887 queria saber sobre a prefeitura, se ela tem muita dívida? Porque a gente está vendo
888 que o orçamento está exprimido, apertado. Mas, ela tem muita dívida? Muito a
889 pagar? Ou ela ainda está sadia? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de
890 planejamento, diz: Não, dívida não tem muita. Nós temos só esses financiamentos
891 aí das máquinas e algum financiamento de asfalto. Mas, quando nós fizemos a
892 apresentação das metas fiscais, a prefeitura tem capacidade de se endividar mais,
893 mas a gente não faz isso porque de repente vai ficar difícil, porque o Senado tem
894 um limite, é constitucional. O Senado aprova lá, de acordo com a capacidade de
895 arrecadação do município ele pode fazer até X por cento de endividamento. Nós

896 temos uma capacidade aí de pegar até dezesseis, vinte milhões de empréstimo,
897 financiamento. Mas, nós não vamos fazer isso porque, inclusive, o prefeito até
898 pediu pra gente fazer um projeto lá para comprara equipamento e a gente achou
899 melhor deixar para outro momento por causa da situação que você falou mesmo.
900 Nós estamos vivendo uma situação de contenção de gastos. Inclusive, lá dentro
901 nós estamos prevendo dois milhões para pagamento de dívidas ainda. Não, anual.
902 Aí são os precatórios. Precatórios são treze. Um participante, que não se
903 identificou, diz: Mauro, boa noite! Em questão do anel viário, você estava falando
904 e eu não conseguir compreender. Se de 2002 pra cá tem dezessete anos, o porquê
905 eles ficaram passando de um para o outro e não conseguiram resolver? Porque
906 todos esses anos vieram verba, não é? Certo? Vieram verba. E, por que eles não
907 conseguiram resolver? E, segundo uma pesquisa, foi elaborado esse projeto em
908 noventa e cinco, se não me engano, e de noventa e cinco pra cá nunca conseguiram
909 resolver essa questão do anel viário, que hoje começa a prejudicar tanto a
910 população, não é. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz:
911 Isso aí foi uma questão política. Eu mesmo falo pra você. Nessa época, noventa e
912 cinco, mas, quando eu estava no governo em 2004, eu fui testemunha lá no
913 Restaurante Flutuante do senador e alguns políticos, não sei se estava o
914 governador da época, falando que na verdade quando começou aquele lá era acho
915 que três, cinco milhões que eles conseguiram, mas era para o projeto. Aí,
916 politicamente, fizeram um “projetozinho” aqui básico e executaram para gastar o
917 dinheiro. Isso, para mim, é corrupção, má prestação do dinheiro público. Pegaram
918 o dinheiro do projeto, fizeram um “projetozinho” bem chulo mesmo e gastaram o
919 dinheiro. Depois, como eu disse, o projeto é muito grande, o projeto do anel viário,
920 pontes. Só as pontes foram setenta e poucos milhões, se não me engano. Na época
921 não estava previsto aí. Agora, nem sei quanto foi o total dessa última licitação.
922 Então, ficou muito grande. E, cada vez que passa faz novo projeto, novos
923 orçamentos. Foi gestão política, não é. Passou do prefeito, aí foi para o
924 governador, passou por dois governadores: Silval e depois o Taques. E, eles
925 começaram, aportaram dinheiro do Estado. Porque era assim, o município tinha
926 que colocar X por cento, um por cento da verba, dois. É muito para um projeto de
927 setenta milhões. Aí ele tinha que botar muito dinheiro e o município não deu
928 conta, largou. Aí o Estado já tinha que colocar vinte por cento. O Estado tinha
929 condições, só que aí o Sinval desistiu do projeto, deixou, não quis mais se
930 candidatar, não fez sucessor. O Taques incorporou, mas também viu que não dava
931 conta porque Mato Grosso estava endividado. Liberou alguma verba, aí tem essas
932 coisas todas de corrupção que você fala, que se fala muito. Agora o governo
933 federal realmente assumiu. Esse projeto não estava dentro quando no governo
934 Lula e Dilma. Os dois nesses treze anos criaram lá o projeto, o tal do PAC, projeto

935 não sei do que do crescimento lá. Então, os projetos que estavam dentro desse
936 PAC andou. E, o nosso anel viário aqui não estava. Então, ficou para trás. Só
937 agora que ele entrou no PAC, no PAC dois, não é. E, aí então o governo federal
938 coloca dinheiro. Também houve uma consciência dos deputados e senadores, que
939 cada deputado, cada senador, eles tem um percentual de emendas que eles podem
940 colocar o orçamento e que são impositivas. Não sei, se não me engano é trinta
941 milhões, vinte milhões, cada deputado e senador. E, também tem as emendas de
942 bancada. A bancada de Mato Grosso, então são oito deputados federais e três
943 senadores. E, agora, eles colocaram muito dinheiro, quase a emenda toda da
944 bancada, que é milhões, muitos milhões, para esse projeto aqui. Aí foi quando
945 alavancou, não é. Também eles colocaram para terminar o asfalto até da 158.
946 Ainda está faltado um pedaço. A mesma coisa que está o anel viário é essa 158.
947 Aí está parado lá por causa dos índios da região. Então, por causa disso que vai
948 mudando de governo, mudou de governante. Se tivesse deixado lá e feito uma
949 gestão só com o governo federal, já tinha saído. Mas aí a ambição de mostrar que
950 quer fazer começou do município, que não tinha condição, o Estado também não
951 tinha condição, e aí se perdeu muito tempo e dinheiro nisso. Esperamos agora que
952 termine, não é. O senhor Valdeson diz: Dr. Mauro, eu entendo de emendas
953 impositivas e etc., mas eu estou confuso. Convoca-se a sociedade para participar
954 de audiências públicas, apresentar emendas na LDO, na LOA e assim
955 sucessivamente, mas não tem o Executivo a obrigação. Porque eu tenho visto aqui,
956 já participei de vários, apresentamos emendas através de parlamentares específico
957 para aquisição de uma ambulância no caso, é um dos exemplos, para transportar
958 o pessoal que necessita de tratamento de fisioterapia. Nós fizemos a emenda na
959 LOA, na LDO, de cento e cinquenta mil para aquisição de uma ambulância
960 específica para esse fim. Não tem o Executivo a obrigação de executar e adquirir
961 esse bem? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Tem
962 em partes. A Constituição, ela faz essa ressalva lá, que tem umas emendas que
963 são impositivas. Só que ela faz também umas outras ressalvas em relação a
964 apresentação das emendas. Quando você faz uma emenda, as emendas
965 impositivas, elas hoje 50% tem que ser para a saúde. Como eu disse... Saiu do ar
966 aqui. O senhor Valdeson diz: Enquanto você encontra aí, porque nós fizemos a
967 emenda para reforma da creche, que não era impositiva, de um milhão de reais e
968 fora feito. E, das ambulâncias que nós fizemos nunca foram adquiridas. O senhor
969 Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: O que acontece é o seguinte,
970 Valdeson. O que pode ter acontecido. Quando tem as emendas, eu faço a análise
971 das emendas. A própria lei orgânica e a Constituição falam o seguinte: quando
972 você vai apresentar uma emenda, você vai falar, por exemplo, cem mil reais para
973 adquirir uma ambulância UTI última geração, aí você vai tirar de onde essa

974 emenda? Aí de onde você vai tirar? Se você indicar que vai tirar de um lugar, tem
975 locais que não podem ser dentro do orçamento, quando fala com pessoal, fala da
976 educação. Aí, quando eu vou fazer lá essa análise, sou obrigado a vetar porque
977 você está apontando o local para tirar o cem mil de onde que não pode. Então, tem
978 que ter essa... A nossa própria lei orgânica fala lá quais locais que não podem ser
979 tirados. Lá com o pessoal, você não pode também impor dentro do orçamento
980 imposição de aumentar o salário de servidores. Então, criar despesas. Não pode
981 criar despesas. O senhor Valdeson diz: Mas, dentro da dotação específica da
982 saúde, dá para se mexer? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de
983 planejamento, diz: Não, dá sim. Inclusive, lá tem. Dentro está previsto a aquisição
984 de veículos e etc. O que tem que ter cuidado é isso: de onde que você vai tirar.
985 Porque, as vezes, você tira de um lugar que é sensível, que não pode. Então, gente,
986 eu acho que... O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Deixa só eu
987 fazer um adendo. Como é o nome da mocinha lá de azul? Sheila. A Sheila fez
988 uma pergunta e eu só quero fazer um adendo pra gente ficar bem legal. Quando
989 você perguntou sobre a questão do anel viário, daí em alguns momentos alguém
990 fala assim: veio o dinheiro, veio o dinheiro. Aí uma pergunta que pode surgir nisso
991 é: onde está o dinheiro? A câmara poderia, por exemplo, nós fizemos ao longo
992 desse ano uma CPI para investigar a qualidade da prestação do serviço da empresa
993 Águas de Barra do Garças e o descumprimento ou não, ou melhor, o cumprimento
994 ou não das cláusulas contratuais. Por que nós fizemos aquilo? Porque havia uma
995 reclamação, uma demanda. Mas, também porque a câmara possui um papel
996 fiscalizador. Porém, quem é da área do direito sabe assim, nós temos a questão da
997 competência, não é. A jurisdição, ela se divide em competências. Então, o juiz da
998 Barra, ele tem competência sobre a comarca dele. Não é assim? O delegado tem
999 competência? Não. Ele tem atribuição. Ele tem atribuição sobre as delegacias que
1000 estão sob o poder dele. A câmara também. Esses contratos, eles são feitos entre a
1001 União, é feito uma licitação, agora, por exemplo, a União, através do DNIT,
1002 Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, e as empresas que realizam o
1003 trabalho. Esses contratos estão fora do nosso poder de fiscalização. Nós não temos
1004 poder de fiscalizar um contrato estabelecido entre a União e uma empresa. De
1005 idêntica forma, nós não temos atribuição de fiscalizar um contrato estabelecido
1006 entre o Estado e uma empresa. Por isso que, hoje alguém me perguntou:
1007 Joãozinho, dá para fazer uma CPI para ver esse negócio da Energisa? Eu falei:
1008 não dá. Por que? Porque é uma concessão estadual. Está fora do nosso poder de
1009 fiscalização. Por que? Porque as CPI's tem uma lei federal que estabelece os
1010 poderes das CPI's. As CPI's, por exemplo, elas podem convocar o cidadão a
1011 comparecer. O cidadão é intimado mesmo a comparecer, desde que esteja sob a
1012 sua esfera de atuação. Beleza? Só pra gente saber para complementar. O Dr. Heros

1013 diz: Mais alguma pergunta ou sugestão? Antes de encerrar, algum dos vereadores
1014 gostaria de falar alguma coisa? O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara,
1015 diz: Eu vou dizer só uma coisa. Quero parabenizar vocês. Nunca teve uma
1016 audiência pública tão porreta como essa de hoje. Parabéns! Muito legal. Para nós
1017 foi uma honra. O Dr. Heros Pena diz: Eu faço minhas as palavras do Dr.
1018 Joãozinho. O Mauro é testemunha, não é Mauro. Quantas audiências o Mauro foi
1019 meu companheiro. Veio eu e ele e tínhamos que encerrar porque não tinha
1020 ninguém. Muito obrigado pela presença. Vocês estão de parabéns. Com certeza
1021 entrou para a história de Barra, da câmara, essa audiência pública com
1022 participação de vocês. Obrigado às faculdades, aos professores, aos alunos, ao
1023 cacique, grande liderança indígena, aos vereadores. E, não havendo mais
1024 inscritos... Obrigado ao Mauro, que eu sei que tinha um compromisso, largou de
1025 ir no compromisso para vir aqui dar a palestra. E, não havendo mais inscritos,
1026 declaro encerrado os trabalhos. Registra-se que a assinatura de todos os presentes
1027 foi colhida no Livro Próprio de Frequência de Audiência Pública.